



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

N.º2

NEWSLETTER JALP

Notícias, opinião, eventos

OUTUBRO 2021



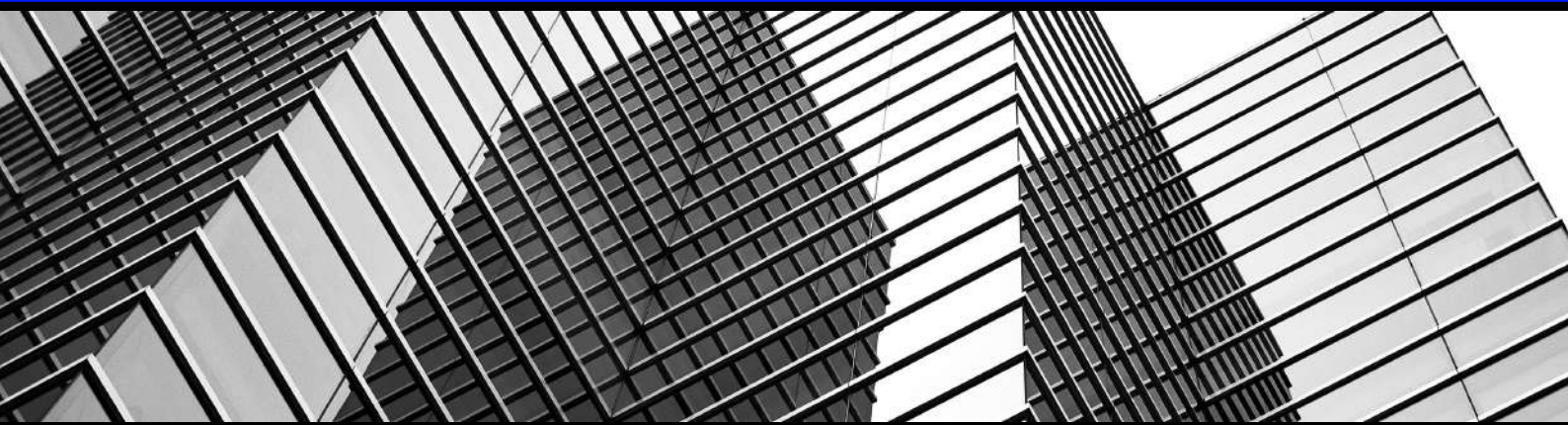
ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

NEWSLETTER JALP

Notícias, opinião, eventos

#2

OUTUBRO 2021



#especialprimeiroaniversário

JALP DISTINGUE EMBAIXADOR FRANCISCO RIBEIRO TELLES

A homenagem a Francisco Ribeiro Telles, embaixador e antigo secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como a personalidade lusófona do ano foi o ponto alto da celebração do primeiro aniversário da JALP, que foi assinalado com um jantar de Gala.

A escolha do embaixador Ribeiro Telles para a personalidade lusófono do ano teve a ver com a forma como amavelmente acarinhou a nossa associação, desde o seu início e também com a forma muito feliz e muito consequente com que conduziu o seu mandato à frente da CPLP.

Ler tudo em www.jalp.pt

Próximos eventos

EVENTOS JALP | Outubro - Dezembro 2021

MOOT COURT LUSÓFONO

Brevemente

[MAIS INFORMAÇÕES](#)

N.º 2 | OUTUBRO 2021



ASSOCIADA
JALP

A REGULAMENTAÇÃO DE MARCAS-DE POSIÇÃO NO BRASIL

LUIZA DUARTE PEREIRA

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) publicou, em 21 de setembro de 2021, regulamentação sobre a registrabilidade de pedidos de registro de marcas de posição.

Será registrável como marca de posição o conjunto distintivo capaz de identificar produtos ou serviços e distingui-los de outros idênticos, semelhantes ou afins, desde que (a) seja formado pela aplicação de um sinal em uma posição singular e específica de um determinado suporte; e (b) a aplicação do sinal na referida posição do suporte possa ser dissociada de efeito técnico ou funcional.

Será possível alterar a forma de apresentação dos pedidos de registro de marca depositados antes de 1º de outubro de 2021 que se enquadrem como marca de posição. Essa alteração deverá ser solicitada pelo interessado até 1º de janeiro de 2022.

Não obstante, o exame de pedidos de registro de marca de posição somente será realizado após as adaptações necessárias ao processamento destes pedidos nos sistemas do INPI, o que ainda não se sabe quando ocorrerá.

Ler tudo em www.jalp.pt

"Quanto maior for a singularidade da posição da marca no produto, maior é o grau de distinção alcançado."



COMISSÃO DE
DIREITOS
HUMANOS

SURVIVORS VOICES LEAD THE WAY OBJECTIVO: ERRADICAÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS

ANDREIA DELGADINHO | MARIA L. DUARTE

Sob o lema «A voz das vítimas lidera o caminho» assinala-se a 30 de julho o Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas (Resolução 68/192, da Assembleia Geral da ONU de 18/12/2013) cuja celebração anual visa afirmar a necessidade de pôr termo à exploração humana e ajudar quem foi vítima a reconstruir a sua vida.

O tráfico de seres humanos (TSH) constitui uma grave violação dos Direitos Humanos. Direitos fundamentais como a liberdade, a dignidade e a igualdade amplamente consagrados nos mais diversos instrumentos jurídicos de que destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Convenção de Palermo, entre outros.

Ler tudo em www.jalp.pt



VICE-PRESIDENTE
DA FEDERAÇÃO DAS
MULHERES
EMPRESÁRIAS E
EMPREENDEDORAS
DA CPLP

A NOVA PRESIDÊNCIA DA CPLP E A ENTRADA DO NOVO SECRETÁRIO EXECUTIVO DESAFIOS E OPORTUNIDADES

BERTA MONTALVÃO

Com a entrada do novo secretário-executivo, a CPLP tem pela frente inúmeros desafios e oportunidades, como a ratificação do Acordo para a Mobilidade, o mais recente projecto da organização que pode contribuir para o reforço e consolidação das economias dos Estados-Membros. Convidámos Berta Montalvão a reflectir sobre o futuro da CPLP tendo em perspectiva a união no espaço lusófono e o desenvolvimento económico e social dos países envolvidos.

Ler tudo em www.jalp.pt

"Com a entrada do novo secretário-executivo, a CPLP tem pela frente inúmeros desafios e oportunidades (...)"

PODEM OS CONTRIBUINTE CONFIAR NA ATUAÇÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA?

CATARINA FERNANDES

A existência de uma relação de proximidade e de confiança entre a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e os contribuintes é essencial para a prossecução do interesse público, para o reforço das garantias dos contribuintes e para a atração e manutenção do investimento estrangeiro em Portugal. Catarina Fernandes, da Comissão de Fiscal e Aduaneiro da JALP analisa de que forma a AT tem contribuído para o reforço de tal relação de confiança e de que forma é que as alterações legislativas podem representar um contributo para tal reforçar tal confiança.

Ler tudo em www.jalp.pt



PRESIDENTE
DO CONSELHO
FISCAL



PRESIDENTE
JALP

A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIME DE ACESSO À PROFISSÃO

FRANCISCO GOES PINHEIRO

Foi no passado dia 17 de Setembro aprovada em Assembleia-Geral da Ordem dos Advogados a proposta que prevê que o acesso à profissão, por parte dos licenciados em direito Pós-Bolonha, esteja reservado apenas àqueles que possuam o grau de mestre ou doutor, ou o respetivo equivalente legal, ou bem assim pós-graduações reconhecidas pela Ordem dos Advogados ("OA").

A questão não é nova, mas nem por isso deixa de ser pertinente e atual, considerando a também previsível alteração das regras aplicáveis ao regulamento de estágio, nomeadamente no que respeita ao seu período de duração e à reestruturação do modelo de formação.

A questão primeira que se deve colocar é se tem a OA competência para restringir o acesso à profissão, nomeadamente impondo um grau acrescido de formação aos licenciados em direito como requisito prévio à sua inscrição.

Na realidade, qualquer alteração a este respeito, implica necessariamente uma alteração do estatuto da ordem dos advogados ("EOA"), nomeadamente do seu artigo 194.º da EOA, cujo projeto de alteração, carece de ser aprovado em Assembleia Geral da OA (sob proposta do Conselho Geral), que deverá ser remetido, posteriormente, à Assembleia da República para aprovação.

Em suma, sem prejuízo da iniciativa levada a cabo pela OA, a última palavra caberá sempre à Assembleia da República, titular do poder legislativo nesta matéria, e a quem compete decidir sobre o acolhimento e implementação da referida alteração.

Outra questão não menos relevante prende-se com o mérito e a bondade desta alteração.

Estima-se que neste momento existam cerca de 33.000 advogados em Portugal, sendo que uma percentagem significativa tem menos de 40 anos de idade e exerce maioritariamente a sua atividade em regime de prática individual.

Acresce que o estágio profissional de advocacia não é, como sabemos, obrigatoriamente remunerado, algo profundamente injusto e incompreensível nos dias que correm, sobretudo se comparamos a realidade da advocacia com a de outros profissionais liberais e o inegável e meritório contributo que muitos jovens advogados prestam no seu dia-a-dia nas organizações onde se inserem.

O contexto precário e frágil em que muitos advogados, sobretudo os mais jovens, exercem a sua atividade, contrasta, pois, com a estranha e ávida intenção de limitar o acesso à profissão aos que nela já se encontram estabelecidos.

A geração mais qualificada da história é, incompreensivelmente, a geração mais desprotegida e precária de sempre. Uma aparente contradição que, a meu ver, apenas serve para atestar o óbvio, a obtenção do grau de mestre ou doutor não faz (nem fará) de um recém-licenciado, por si só, melhor advogado.

A opção pelo mestrado ou doutoramento deveria ser corolário natural do percurso profissional e, sobretudo, académico de um jurista e não pré-requisito no acesso à profissão.

Tornar esta exigência obrigatória, apenas contribuirá para adensar, ainda mais, o fenómeno de vulgarização dos mestrados e doutoramentos nas universidades e a mercantilização do ensino superior a que temos assistido nos últimos anos em que a proliferação de cursos de direito tem funcionado como um meio para atingir um fim – a sustentabilidade financeira das universidades –, e não um fim em si mesmo.

Não sabemos qual será o resultado da votação, mas a fazer fé na posição pública manifestada pelas diferentes juventudes partidárias, alicerçadas nas vozes de protesto das associações de estudantes de direito, parece-me que esta proposta dificilmente sairá do papel.

Ler tudo em www.jalp.pt



COMISSÃO DE
DIREITOS
HUMANOS

OS DIREITOS HUMANOS NÃO SÃO USUCAPIDOS E NÃO PRESCREVEM

MARIA L. DUARTE

O mundo mudou depois do 11 de Setembro de 2001. Acordou para o horror do terrorismo na nação mais poderosa do mundo e abraçou a sua luta, a vingança do ataque perpetrado no coração dos EUA, num dos seus símbolos icónicos, abraçou a causa de evitar que se repetisse uma tragédia que ceifou milhares de vidas. Esta luta não foi lançada só em nome dos americanos, ou do estilo de vida ocidental, foi embrulhada na defesa dos direitos humanos de povos inteiros e minorias oprimidas.

O mundo mudou, mas depostos os Talibã que impunham um estado radical religioso e acolhiam os inimigos da liberdade ocidental (como a Al Qaeda), a comunidade internacional acordou para um outro terror, o terror semeado pelo Daesh, com decapitações de jornalistas transmitidas em directo, decapitações colectivas com uma frieza inumana e transmissão de assassinato de pessoas queimadas vivas e conscientes. Terror transmitido para que o vissemos enquanto os familiares das vítimas também tinham de o ver.

Os relatos deste terror foram chegando. O comum mortal, que não tem qualquer contacto com serviços secretos ou fontes bem colocadas ia sabendo que os Talibã estavam acantonados em países vizinhos, acolhidos pelos mesmos países onde células da Al Qaeda e do Daesh persistem.

Ninguém perguntou aos jovens americanos se queriam passar os próximos 20 anos a voar para o Afeganistão em missão, tal como ninguém perguntou aos jovens dos demais países da NATO se queriam que estas missões durassem 20 anos, e ninguém perguntou aos civis.

Trump decidiu que chegara a hora, que era infrutífero continuar a apoiar a estruturação de um estado Afegão (ocidentalizado) e o treino de militares. Vários chefes militares de topo vieram alertar para o erro e o perigo, Biden manteve o calendário.

Os Talibã avançaram no território vertiginosamente e por fim tomaram totalmente o poder, sem eleições, sem transição, com um assalto – que as consciências ocidentais afirmam não ter sido sem cenário de guerra em kabul e muitas outras províncias.

O Presidente afegão fugiu, o pessoal das embaixadas está a ser retirado. Os tradutores e colaboradores civis do governo afegão e das forças americanas e das NATO sabem que poucos se salvarão, não há tempo para todos, ainda que tenha havido 6 meses para emitir os vistos e tudo tenha falhado. Houve veteranos soldados americanos a apelar, durante meses, a Biden, para que iniciasse a retirada destes civis, para que emitisse vistos urgentes. Os soldados são fiéis ao lema de que ninguém fica para trás, são eles mais uma vez que terão de lutar com o stress pós traumático de saber que os que fizeram parte da sua vida durante meses ou anos, não foram salvos.

Uma tragédia humanitária está a acontecer. São muitos os relatos, ainda que não de Cabul, de pessoas marcadas (literalmente marcadas) para sofrer o terror físico, publico, colectivo e ultrajante, que era imagem dos Talibã há 20 anos e que regressou.

A consciência ocidental já tem os seus comentadores a dizer que os Afegãos não quiseram organizar-se, que o povo que está perante o iminente terror de se ver privado de qualquer liberdade, qualquer direito e esmagado pela força das mais fortes punições não se defende, não se levanta contra os Talibãs armados. Embrala-se a narrativa com um suposto desejo de que o povo queria os Talibã de volta. O povo que ficou sempre de fora dos planos das elites do Afeganistão destes 20 anos. Os Talibãs que não se submeteram a eleições e chegam em ofensivas armadas, talvez isto não combine com a narrativa ocidental, afinal.

A narrativa do poder ocidental até já conseguiu seguir a linha da culpabilização dos Afegãos por ter investido milhões num país cujo governo nem conseguiu defender as suas cidades.

Os Talibãs, 20 anos depois, dizem que sabem o que são direitos humanos, que as mulheres podem estudar, que as mulheres podem trabalhar. Mas nenhum ocidental finge acreditar.

Os Talibã, com as suas facturas para pagar à Al Qaeda e ao Daesh, têm o seu Emirado.

Os afegãos aterrorizados estão deslocados aos milhares, tentam sair do país. Mas a 10 de Agosto, com as fugas e deslocados em massa, com o terror talibã em marcha, ficávamos a saber que 6 países Europeus (Áustria, Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Bélgica e Grécia) escreveram a Bruxelas sobre a urgência de manter as deportações de Afegãos. Segundo estes países não o fazer era dar um sinal verde aos Afegãos que agora fogem do terror talibã. Esta é parte da hipocrisia da solidariedade europeia que financia a Turquia para lidar com o que não quer ver.

Este ano 1200 afegãos foram devolvidos ao Irão, sem que alguém se tivesse preocupado se iam para lugar seguro. 200 embarcaram contra a sua vontade e ninguém deve saber onde estão. Perante o terror anunciado de um estado Talibã imposto, seis de nós (Estados Membros) correm a lembrar que o melhor é dizer já que os direitos humanos no Afeganistão não são assunto nosso, que a Europa (com baixíssimas taxas de natalidade e reduzida população activa) é dos Europeus.

É esta particular solidariedade que faz com que convivamos bem com o facto de nos países mais pobres não haver ainda 10% da população vacinada.

Não podemos fazer belas campanhas pelos Direitos Humanos, colocar a erradicação do Tráfico de Seres Humanos na nossa agenda global e permitir que os mais vulneráveis dos vulneráveis, deslocados, mulheres e crianças em fuga, fiquem abandonados à sua sorte.

Os Direitos Humanos não têm fronteira, não podem ser um factor de lucro ou de votos, não prescrevem nem são usucapidos.

20 anos é muito tempo, 20 anos perdidos é muito mais, mas nenhum prazo está esgotado quando se abandonam vulneráveis.

Ler tudo em www.jalp.pt





GALA I ANIVERSÁRIO JALP



Da esquerda para a direita: Rodrigo Knopfli, Paula Luz, Francisco Ribeiro Telles, Márcia Martinho da Rosa, Francisco Goes Pinheiro, José Pedro Briosa e Gala e Miguel Amaral.



Da esquerda para a direita: Manuel Ferreira Mendes, Catarina Fernandes, Maria Inês Costa, Francisco Goes Pinheiro, Márcia Martinho da Rosa, José Guerra e José Briosa e Gala



Da esquerda para a direita: Isabel Xavier Carola, Jorge Afonso, Márcia Martinho da Rosa, Maria Pimenta, Filipa Pissarra e Ricardo Serrano Vieira



Da esquerda para a direita: Francisco Goes Pinheiro, Márcia Martinho Rosa, Alexis Tam



Da esquerda para a direita: Diogo Tapada Santos, Catarina Monteiro Pires, Augusto Tolentino, Adriana Alves e Marlus Alves.



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

GALA

Entrega de Prémios

PERSONALIDADE DO ANO
Francisco Ribeiro Telles





ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

GALA

Entrega de Prémios

COMISSÕES ESPECIALIZADAS DO ANO

PROPRIEDADE INTELECTUAL



ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO



ASSOCIADO COLETIVO DO ANO | INVENTA INTERNATIONAL



PARCEIRO DO ANO | BUENO PRESS





ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

UM AGRADECIMENTO ESPECIAL AOS NOSSOS PATROCINADORES



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

GALA ANIVERSÁRIO



PROTEGER UM NOVO FUTURO



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

+ BENEFÍCIO +

A JALP agradece o empenho e disponibilidade de O Benefício, empresa criativa, ao apoiar a I GALA da JALP e ao criar especificamente, rótulos personalizados para (entre outros produtos) a sua mais recente criação: Gin de Flor de Cânhamo, produzido através de métodos e matérias-primas artesanais e sustentáveis. A editora, que tem como princípio criativo Ninguém Sabe o que é, mas vai ser incrível, em parceria com a Associação Nacional de Bebidas Espirituosas, lançou recentemente o primeiro gin de cânhamo português disponível no mercado e que os nossos associados puderam apreciar ao longo da noite.

Para Tiago Sanches, master distiller do projeto "ter um Gin no qual o cânhamo – que é uma planta curiosa e com sabores muito herbáceos - desempenharia o papel de vocalista colocou-nos desde logo um desafio muito enriquecedor, pois teríamos de encontrar uma forma de o compensar através da frescura e doçura."

O Benefício defende um modelo de produção limitada, colocando no mercado apenas séries de 100 unidades dos seus produtos, levando ao mercado o que é, de facto, um Benefício para todos, e não podíamos estar mais felizes e sensibilizados com esta parceria.

DE CÂNHAMO

Herbal

PRODUTO DE PORTUGAL

43%vol. · 500ml

FLOR DE CÂNHAMO

Estival

PRODUTO DE PORTUGAL

43%vol. · 500ml

FLOR DE CÂNHAMO

Delicado

PRODUTO DE PORTUGAL

43%vol. · 500ml

Se desejarem ter edição personalizada para os vossos colaboradores ou clientes podem por favor contactar:

Ricardo Nunes: ricardo@obeneficio.com | Tel 919284106

Paulo Fernandes: paulo@obeneficio.com | Tel. 962577358

VEJA O QUE PERDEU

EVENTOS JALP | MAIO - SETEMBRO

#JALP ROUNDTABLES: SAÍDAS PROFISSIONAIS PARA RECÉM-LICENCIADOS EM DIREITO

[reveja aqui](#)

22 de Julho

#JALP ROUNDTABLES: ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

2 de Junho

[reveja aqui](#)

#JALP ROUNDTABLES: REFERENDO SOBRE O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS

[reveja aqui](#)

2 de Junho

#JALP ROUNDTABLES: REESTRUTURAÇÕES E APOIOS ÀS EMPRESAS NA PANDEMIA - PERSPECTIVA LUSÓFONA

27 de Maio

[reveja aqui](#)

#JALP ROUNDTABLES: ROUNDTABLE "CIÊNCIA E INOVAÇÃO"

[reveja aqui](#)

20 de Maio



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOVOS ASSOCIADOS

QUEM SOMOS

JOVENS ADVOGADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA



TOLENTINO
ADVOGADOS



ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL
DE JOVENS ADVOGADOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

TORNE-SE MEMBRO

JOVENS ADVOGADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA



[Inscreva-se aqui!](#)

JALP

PROTEGER UM NOVO FUTURO